

DESEMPENHO EM LINHA COM A RETOMADA DA ECONOMIA

Os resultados de 2018 foram melhores em relação aos anos anteriores, mas o sentimento que fica é que poderiam ter sido muito superiores aos observados.

Em que pese o mercado de trabalho brasileiro estar em trajetória de recuperação, em linha com o desempenho da atividade econômica, o ano de 2018 pode ser caracterizado como frustrante. Os resultados foram próximos aos prognósticos que fizemos no final do ano passado. O Brasil deve gerar em torno de 500 mil postos de trabalho com desemprego em 11,6%. Contudo, diversos analistas esperavam que o desfecho fosse melhor, com a taxa de desemprego caindo para perto de 10% e a geração de empregos formais passando de 1 milhão. O próprio Ministério do Trabalho divulgou uma estimativa de criação de 1,8 milhão de vagas de emprego para 2018.

Ainda no primeiro trimestre, as estimativas começaram a ser revistas em função do desempenho muito abaixo do esperado para a economia. As projeções de crescimento do PIB para 2018, por exemplo, que estavam entre 2,5% e 3,0% no final de 2017, caíram para 1,5% em junho. Para deixar a situação ainda mais difícil, a greve dos caminhoneiros em maio serviu para enterrar as expectativas de melhora consistente do mercado de trabalho. A confiança dos consumidores e empresários foi abalada em função dos desdobramentos da greve e das incertezas que as eleições trouxeram ao País, travando investimentos com potencial de geração de empregos. A realidade é que o Brasil ficou em compasso de espera. Ao final de 2018, o País não terá recuperado nem 20% das 2,9 milhões de vagas formais perdidas entre 2015 e 2017.

No Rio Grande do Sul, o desempenho foi inferior ao observado no País. A geração de empregos formais foi muito baixa, com meses típicos de abertura de vagas com saldo muito ruim. Apenas uma pequena parcela dos empregos perdidos com a crise foi recuperada em 2018 – por volta de 10%. Quanto à taxa de desemprego, ela se mantém em torno de 8,2% desde o 3º trimestre de 2016. Com uma geração pífia de vagas, tanto formais quanto informais, a taxa de desemprego só não subiu em função da saída de pessoas da força de trabalho. Cabe destacar também que a população do RS é relativamente mais velha do que a brasileira. Portanto, muitas pessoas que saíram do mercado provavelmente não voltarão.

Para 2019, a expectativa é de continuidade de melhora nos indicadores relativos ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego do Brasil deve seguir seu padrão sazonal de elevação no primeiro trimestre do ano para, em seguida, começar a cair. No entanto, na média, o movimento se dará com uma taxa abaixo da observada em 2018. Cabe salientar que esperamos que o desemprego não recue tanto, mesmo com uma melhora expressiva da economia, em função da volta de pessoas de fora da força de trabalho. Ao perceberem que aumentaram as chances de conseguir um emprego, os desalentados podem voltar a buscar uma colocação e segurar a taxa de desemprego em níveis elevados. Quanto ao mercado formal, a expectativa é de geração de vagas acima do observado em 2018.

No caso do Rio Grande do Sul, o cenário traçado está em linha com o esperado para o Brasil em termos de geração de vagas formais. Quanto à taxa de desemprego, nossa expectativa é de uma queda maior frente à projetada para o Brasil. O motivo é que o potencial de pessoas que podem voltar ao mercado de trabalho com a melhora da economia é menor no RS do que a média nacional. Assim, com uma maior demanda de empregados por parte das empresas, deve ocorrer uma migração das pessoas desocupadas para a situação de ocupadas, fazendo a taxa de desemprego cair.

Desemprego

Como tradicionalmente ocorre em todos os inícios de ano, o desemprego começou 2018 em alta. Após oito meses consecutivos de queda na margem entre maio e dezembro do ano passado, recuando para 11,8%, a taxa de desemprego do Brasil, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciou uma trajetória de alta em janeiro de 2018, com elevação também em fevereiro e pico de 13,1% atingido em março, conforme mostra o Gráfico 4.1.

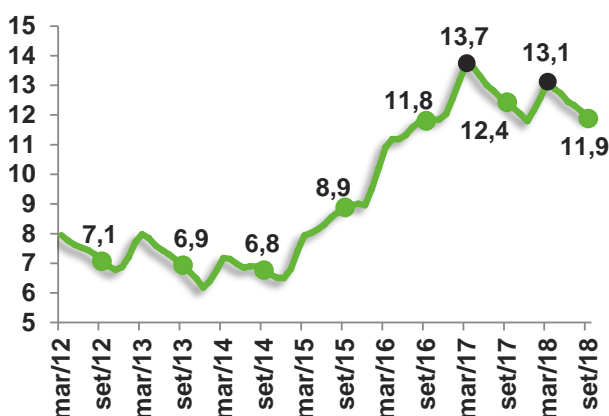
Em função das mudanças nas leis trabalhistas, que entraram em vigor em novembro de 2017, houve muita desinformação a respeito da subida da taxa de desemprego, com a “culpa” da elevação sendo colocada na nova legislação. Não passava de um movimento sazonal típico do início do ano, cuja explicação é que os temporários que foram admitidos para as festas do final de ano e demitidos em dezembro, engrossam o contingente de desocupados em busca de uma colocação efetiva. Além disso, com a entrada do Ano Novo, as pessoas se sentem mais confiantes em conseguir um emprego, o que aumenta a procura e pressiona a taxa de desemprego.

Portanto, como esperado, após o pico de março, a taxa iniciou uma trajetória de queda, chegando a 11,9% no trimestre encerrado em setembro, o último dado observado até a elaboração deste texto. Na média entre janeiro e setembro, a taxa de desemprego em 2018 foi de 12,5%, um patamar 0,5 ponto percentual (p.p.) abaixo do observado no ano passado (13,0%).

Na comparação interanual, a taxa de desemprego observada no trimestre jul-ago-set/2018 (11,9%) foi 0,5 p.p. menor frente a observada no mesmo período de 2017 (12,4%). Para o cálculo dessa taxa, procede-se a divisão entre o número de pessoas desocupadas (PD) e a força de trabalho – tecnicamente conhecida como população economicamente ativa (PEA) –, composta pela soma da população desocupada (PD) com os ocupados (PO). Para melhor entender a dinâmica da taxa de desemprego, é pertinente observar os movimentos que ocorreram nessas populações. Os dados estão reportados na Tabela 4.1.

Gráfico 4.1. Taxa de desemprego – Brasil

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: (1) No eixo horizontal estão reportados os meses de encerramento do trimestre móvel. (2) Os pontos verdes em destaque referem-se aos trimestres encerrados em setembro de cada ano, enquanto os pontos pretos aos picos atingidos nos primeiros trimestres de 2017 e 2018.

Tabela 4.1. Subdivisões da população –

Brasil

(Em mil pessoas)

	3ºT/17	3ºT/18	Var. abs.	Var. %
População	207.270	208.782	1.512	0,7
PIA	168.722	170.311	1.589	0,9
PEA	104.258	105.114	856	0,8
PO	91.297	92.622	1.325	1,5
PD	12.961	12.492	-469	-3,6
PNEA	64.464	65.198	734	1,1
Taxa de desemprego (%)	12,4	11,9	-0,5	-4,4

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

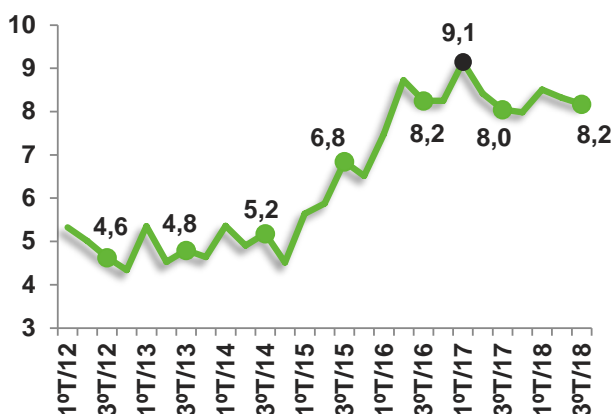
OBS: PIA = População em Idade Ativa (14 anos ou mais); PEA = População Economicamente Ativa (ou Força de Trabalho); PO = População Ocupada; PD = População Desocupada; PNEA = População Não Economicamente Ativa (ou Fora da Força de Trabalho); Taxa de desemprego = PD/PEA.

No Brasil, o sentido das variações das duas populações contribuíram para a queda da taxa na comparação interanual. Por um lado, o número de desempregados passou de quase 13,0 milhões nos três meses até setembro de 2017 para 12,5 milhões em igual período de 2018 (-469 mil ou 3,6%). Por outro lado, a população ocupada passou de 91,3 milhões para 92,6 milhões no mesmo período (+1,3 milhão ou +1,5%). Uma discussão mais detalhada sobre a qualidade do aumento da ocupação será feita abaixo.

No Rio Grande do Sul, apesar da série histórica não mostrar um comportamento sazonal bem definido como no caso do Brasil, a evolução da taxa de desemprego se mostrou parecida com a nacional em 2017 e 2018, como ilustra o Gráfico 4.2. O valor mais alto de toda a série foi alcançado no primeiro trimestre de 2017 (9,1%) e a taxa também apresentou elevação na passagem do quarto trimestre de 2017 (8,0%) para os primeiros três meses de 2018 (8,5%). A questão é que o desemprego apresenta tendência de queda mais suave no RS frente ao observado no Brasil. Desconsiderando o pico de 9,1%, a taxa de desemprego gaúcha se mantém em torno de 8,2% desde o terceiro trimestre de 2016. A contar do pico da série, a taxa de desemprego do RS caiu relativamente menos (0,5 p.p.) que a brasileira (1,8 p.p.).

Gráfico 4.2. Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: Os pontos verdes em destaque referem-se aos terceiros trimestres de cada ano, enquanto o ponto preto ao pico atingido no primeiro trimestre de 2017.

Tabela 4.2. Subdivisões da população – Rio Grande do Sul

(Em mil pessoas)

	3ºT/17	3ºT/18	Var. abs.	Var. %
População	11.314	11.346	32	0,3
PIA	9.447	9.476	29	0,3
PEA	6.105	5.961	-144	-2,4
PO	5.613	5.474	-139	-2,5
PD	491	487	-4	-0,8
PNEA	3.342	3.515	173	5,2
Taxa de desemprego (%)	8,0	8,2	0,2	1,6

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: PIA = População em Idade Ativa (14 anos ou mais); PEA = População Economicamente Ativa (ou Força de Trabalho); PO = População Ocupada; PD = População Desocupada; PNEA = População Não Economicamente Ativa (ou Fora da Força de Trabalho); Taxa de desemprego = PD/PEA.

Na comparação interanual, a taxa de desemprego do RS subiu de 8,0% no terceiro trimestre de 2017 para 8,2% no mesmo período de 2018. Conforme o IBGE, a despeito da variação numérica, a taxa se mostrou estatisticamente estável. No entanto, os movimentos nas populações foram distintos dos observados no Brasil, conforme a Tabela 4.2. Em primeiro lugar, a população em idade de ativa (PIA), ficou estável em relação ao 3º trimestre de 2017. No entanto, houve movimentos distintos entre seus dois componentes: a população na força de trabalho (PEA) e a população fora da força de trabalho (PNEA). Por um lado, a força de trabalho foi reduzida em 144 mil pessoas frente a um ano antes. Esse resultado se deu pela combinação de estabilidade no número de desocupados e perda de 139 mil ocupados¹. Por outro lado, a população fora da força de trabalho foi aumentada em 173 mil pessoas, atingindo seu segundo maior valor desde o início da pesquisa, atrás apenas do trimestre imediatamente anterior (2ºT/2018: 3,54 milhões). Ou

¹ Em termos numéricos houve perda de 4 mil desocupados, mas a variação não se mostrou significativa estatisticamente.

seja, este é um indicativo de que essas pessoas pararam de trabalhar por motivo de aposentadoria ou simplesmente deixaram de procurar emprego no Rio Grande do Sul.

A desagregação dos dados por faixa etária nos ajuda a entender a situação. O aumento observado na população fora da força de trabalho teve como contribuição a entrada de 174 mil pessoas com 60 anos ou mais nesse grupo (+11,1%). Um movimento semelhante ocorreu no primeiro trimestre (+180 mil) e no segundo trimestre deste ano (+194 mil). As perspectivas de uma reforma no sistema previdenciário podem estar associadas a esta constatação, de modo que o temor e a desinformação quanto às possíveis mudanças aceleraram o processo de saída dos mais velhos do mercado de trabalho. Cabe destacar que entre 2013 e 2017, em média, a população fora da força de trabalho aumentou em 40 mil pessoas ao ano².

Portanto, os dados indicam que está havendo uma migração das pessoas ocupadas que perdem ou deixam seus empregos diretamente para fora da força de trabalho (não procuram emprego), e esse movimento tem deixado a taxa de desemprego praticamente estável, mesmo com a perda de ocupados no RS.

Subutilização da força de trabalho e desalento

As estatísticas tradicionais de desemprego possibilitam uma visão geral do mercado de trabalho, mas escondem a realidade enfrentada por muitas pessoas. Com o objetivo de retratar de forma mais abrangente as condições da população brasileira, o IBGE incorporou diversos indicadores às análises da PNAD Contínua. Para melhor entendimento dos conceitos, as subdivisões do mercado de trabalho estão reportadas no Gráfico 4.3.

Em primeiro lugar, entre os empregados, há um grupo de indivíduos que gostaria de ter um trabalho com maior carga horária, os chamados subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, que somaram 6,8 milhões de pessoas no trimestre até setembro de 2018 no Brasil.

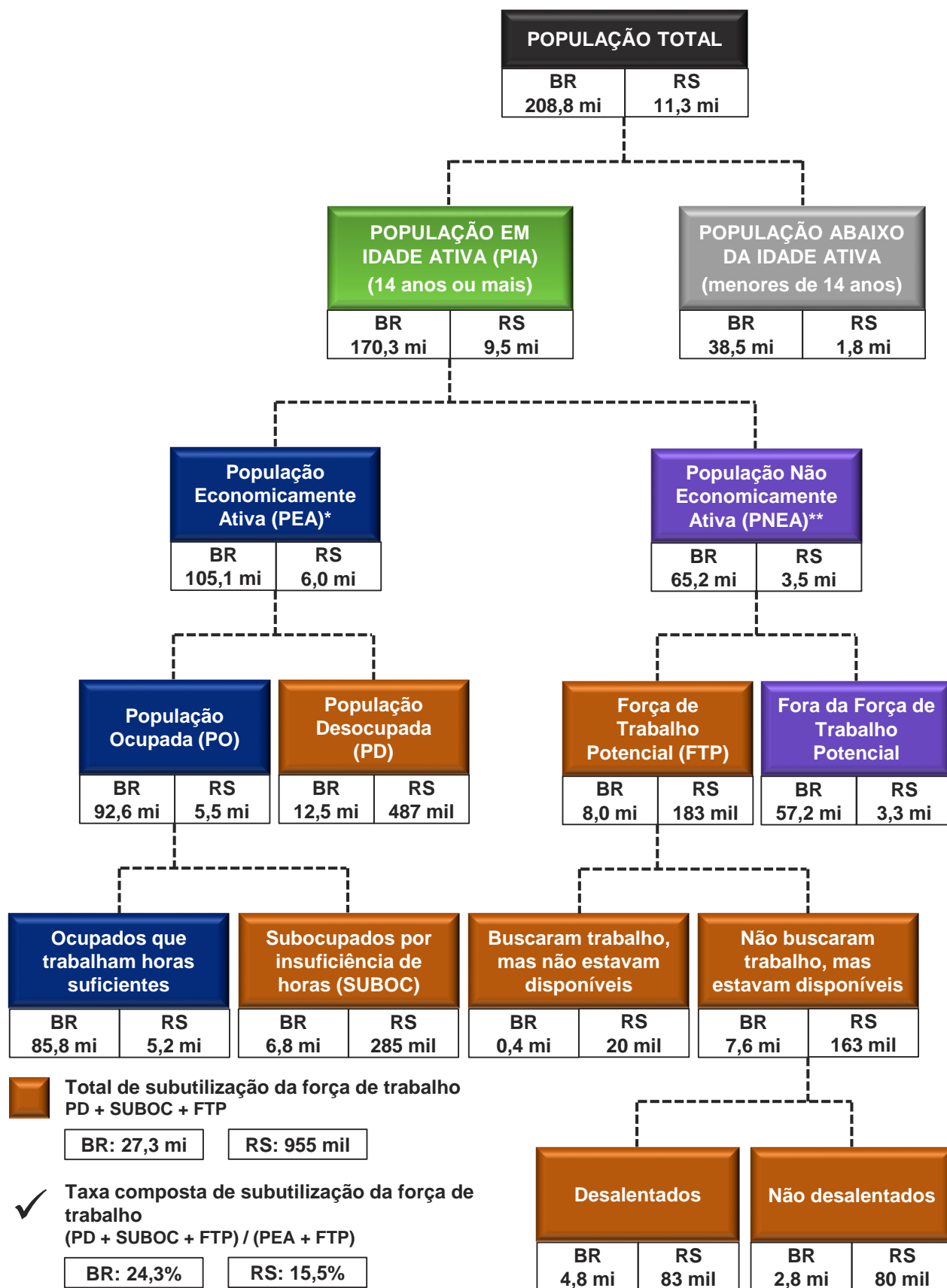
Além disso, dentro da população fora da força de trabalho (PNEA) encontra-se a força de trabalho potencial, composta por dois grupos de pessoas: 1) aquelas que buscaram emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar por algum motivo; 2) pessoas que não procuraram emprego, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar. No trimestre encerrado em setembro de 2018, esse grupo totalizava 8,0 milhões de pessoas que possuíam potencial de se transformar em força de trabalho.

Ao incorporarmos nessa conta o “tradicional” número de desempregados (pessoas desocupadas, à procura de emprego e disponíveis para assumir uma vaga: 12,5 milhões), chega-se a um total de 27,3 milhões de pessoas subutilizadas no mercado de trabalho. Esse número se mostrou 2,1% maior frente a um ano atrás, quando eram 26,8 milhões de pessoas nessa condição.

Por essa ótica mais ampla, a taxa de desemprego ganha outro nome e passa a se chamar “Taxa composta de subutilização da força de trabalho”, calculada como a razão entre o contingente de subutilizados (27,3 milhões) e a força de trabalho ampliada (113,1 milhões), composta pela soma da força de trabalho (105,1 milhões) com a força de trabalho potencial (8,0 milhões). Essa taxa foi de 24,2% no trimestre encerrado em setembro de 2018, acima da verificada no respectivo período de 2017 (23,9%).

² Dado esse aumento expressivo de pessoas acima dos 60 anos na PNEA, é preciso observar os dados de 2019 para tirar conclusões quanto a esse movimento. É possível que tenha ocorrido algum problema amostral na pesquisa do IBGE, ou seja, houve algum tipo de viés que selecionou para as entrevistas um grande grupo de pessoas idosas. Portanto, essa expressiva migração pode não estar representando a realidade.

Gráfico 4.3. Subdivisões do mercado de trabalho – 3º trim/2018 – Brasil e Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

* A PEA também pode ser chamada de População na Força de Trabalho. ** A PNEA também pode ser chamada de População Fora da Força de Trabalho.

Por fim, outro assunto que merece destaque em 2018 é o desalento no mercado de trabalho brasileiro. Na definição técnica, são pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um emprego e estavam disponíveis para trabalhar, sendo que a busca não foi realizada por: 1) não ter conseguido trabalho adequado; 2) não ter experiência profissional ou qualificação; 3) não haver trabalho na localidade em que residia; ou 4) não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso. Em termos mais simples e diretos, são pessoas que perderam a esperança de encontrar um emprego. O número de brasileiros nessa condição cresceu de forma quase ininterrupta desde o 3º trimestre de 2014, chegando a atingir 4,83 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2018 (valor mais alto da série) e recuando levemente para 4,78 milhões no terceiro trimestre.

A dificuldade de colocação no mercado é evidenciada pelos dados de desocupação por tempo de procura. O número de pessoas que busca trabalho há dois anos ou mais chegou a 3,2 milhões no 3º trimestre de 2018 no Brasil, um recorde para a pesquisa do IBGE com início em 2012 e um contingente 2,75 vezes maior que o observado no respectivo período de 2014 (1,2 milhão).

No caso do Rio Grande do Sul, as estatísticas se mostram melhores em relação ao restante do País. O total de pessoas subutilizadas foi estimado em 955 mil no terceiro trimestre de 2018, o que corresponde a uma taxa composta de subutilização da força de trabalho de 15,5%. São 285 mil subutilizadas por insuficiência de horas e 183 mil enquadradas na força de trabalho potencial, além das já mencionadas 487 mil pessoas consideradas desocupadas. Na comparação interanual (3ºT/2018 contra 3ºT/2017), o atual número de subutilizados caiu 3,3% (-33 mil pessoas) e a taxa composta foi 0,2 ponto percentual menor. Quanto aos desalentados, diferentemente do ocorrido no Brasil, onde houve aumento de 12,6%, no RS o número ficou praticamente estável, passando de 82 mil para 83 mil no período (+0,9%).

População ocupada e informalidade

Conforme exposto acima na discussão sobre a taxa de desemprego, a população ocupada do Brasil apresentou crescimento de 1,3 milhão de pessoas entre os terceiros trimestres de 2017 e 2018. O aumento de pessoas empregadas sempre é um dado positivo. São mais pessoas participando do mercado de trabalho, gerando mais renda e, conseqüentemente, mais demanda por bens e serviços. No entanto, quando olhamos para a qualidade das ocupações que foram criadas, o cenário não se mostra tão favorável.

Do total de ocupados que o Brasil ganhou em um ano, mais de 1 milhão (78,6% do total) estão alocados no mercado de trabalho informal, conforme a Tabela 4.3. Com isso, a taxa de informalidade (proporção de trabalhadores informais no total de ocupados) foi de 43,8% no terceiro trimestre de 2018, uma elevação frente a um ano antes (43,3%) e o maior valor já observado.

Já o número de ocupados em empregos formais apresentou crescimento de apenas 284 mil pessoas, com o agravante de que houve redução no número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada (-328 mil). A alta do grupo foi puxada pelos trabalhadores por conta-própria com CNPJ (+349 mil).

No Rio Grande do Sul, na mesma base, houve redução tanto no número de trabalhadores formais (-68 mil ou -1,9%) quanto de informais (-71 mil ou -3,5%). A maior redução dos informais, em termos proporcionais, fez a taxa de informalidade passar de 36,4% para 36,0%. Portanto, no RS não houve o aumento da ocupação puxado pela informalidade como ocorreu no Brasil, mas sim uma queda até maior do mercado informal frente à redução do mercado formal.

Tabela 4.3. População ocupada – Brasil e Rio Grande do Sul

(Em mil pessoas)

	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	3ºT/17	3ºT/18	Var. abs.	Var. %	3ºT/17	3ºT/18	Var. abs.	Var. %
POPULAÇÃO OCUPADA	91.296	92.621	1.325	1,5	5.612	5.473	-139	-2,5
MERCADO FORMAL	51.773	52.057	284	0,5	3.569	3.501	-68	-1,9
Privado com carteira	33.300	32.972	-328	-1,0	2.214	2.198	-16	-0,7
Doméstico com carteira	1.832	1.811	-21	-1,1	115	92	-23	-20,0
Setor público com carteira	1.260	1.293	33	2,6	95	89	-6	-6,3
Militar e servidor estatutário	7.762	7.879	117	1,5	459	471	12	2,6
Empregador com CNPJ	3.391	3.525	134	4,0	305	253	-52	-17,0
Conta-própria com CNPJ	4.228	4.577	349	8,3	381	398	17	4,5
MERCADO INFORMAL	39.523	40.564	1.041	2,6	2.043	1.972	-71	-3,5
Privado sem carteira	10.910	11.511	601	5,5	474	456	-18	-3,8
Doméstico sem carteira	4.344	4.448	104	2,4	223	240	17	7,6
Setor público sem carteira	2.468	2.560	92	3,7	87	103	16	18,4
Empregador sem CNPJ	854	904	50	5,9	38	42	4	10,5
Conta-própria sem CNPJ	18.683	18.919	236	1,3	993	943	-50	-5,0
Familiar auxiliar	2.264	2.222	-42	-1,9	228	188	-40	-17,5
Taxa de informalidade (%)	43,3	43,8	0,5	1,2	36,4	36,0	-0,4	-1,0

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Empregos formais (CAGED)

Quando nos referimos ao mercado formal na seção anterior, estamos nos baseando nos dados coletados pela PNAD Contínua, uma pesquisa realizada pelo IBGE através de entrevistas aos domicílios, de modo que as informações são declaradas pelas pessoas aos entrevistadores. Uma fonte de informações mais completa para retratar o mercado de trabalho formal brasileiro, especificamente no tocante aos trabalhadores com contrato regido pela CLT, é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), composto por registros administrativos informados pelas empresas ao Ministério do Trabalho. De declaração obrigatória por lei, o CAGED registra as movimentações de trabalhadores celetistas ocorridas no mês.

Há uma diferença considerável de resultados entre as duas fontes de dados. Enquanto a PNAD indica redução no número de empregados do setor privado brasileiro com carteira no último ano, o CAGED aponta para a criação de vagas. Como os dados do Ministério do Trabalho são registros administrativos informados pelas empresas, é razoável acreditar que sejam mais confiáveis para representar a situação do mercado de trabalho formal. Um dos motivos que reforçam essa percepção é que os resultados evidenciados pelo CAGED estão em linha com a melhora recente da atividade econômica, ainda que de forma tímida. Além disso, enquanto a PNAD é feita por amostragem, o CAGED, em tese, registra todas as movimentações no mercado formal.

Em linhas gerais, 2018 pode ser considerado um ano de frustração para o mercado de trabalho com carteira assinada. A geração de empregos do Brasil deve fechar o ano próxima aos prognósticos que fizemos no final do ano passado – por volta de 500 mil vagas geradas. Tendo em vista que o mercado de trabalho é o último pilar da economia a se recuperar nas crises – assim como é o último a cair –, era difícil esperar uma melhora mais expressiva. No entanto, diversos analistas estimavam que a geração de empregos formais passasse de 1 milhão. O próprio Ministério do Trabalho previa a criação de 1,8 milhão de vagas para 2018, considerando

um crescimento do PIB na ordem de 3%. O fato é que a economia não deslanchou e o que se viu foi a continuidade da recuperação lenta e gradual iniciada em 2017.

Tabela 4.4. Geração de empregos formais por setores – Brasil e Rio Grande do Sul

(Saldo em mil vínculos)

	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	Acum. jan-out/17	Acum. 2017	Acum. jan-out/18	Acum. 12 meses até out/18	Acum. jan-out/17	Acum. 2017	Acum. jan-out/18	Acum. 12 meses até out/18
Agropecuária	104.348	34.255	73.185	3.092	-787	-1.539	-1.596	-2.348
Indústria	84.426	-139.967	234.464	10.071	6.146	-12.144	17.646	-644
Extrativa	-1.738	-5.343	2.662	-943	-307	-412	-151	-256
Transformação	120.912	-14.784	138.497	2.801	8.035	-5.919	14.395	441
Alimentos	43.503	14.220	37.172	7.889	1.088	-561	3.794	2.145
Bebidas	-3.943	-3.503	1.600	2.040	-532	-527	180	185
Tabaco	473	-264	233	-504	735	-16	712	-39
Têxteis	10.871	4.044	3.180	-3.647	225	-31	-315	-571
Vestuário e Acessórios	18.508	-1.901	-5.140	-25.549	550	-112	-510	-1.172
Couro e Calçados	12.926	-7.974	11.719	-9.181	1.670	-3.196	879	-3.987
Produtos de Madeira	2.797	-691	6.995	3.507	-11	-202	-109	-300
Celulose e Papel	3.319	2.113	1.469	263	168	14	-106	-260
Impressão e Reprodução	-2.211	-4.025	-709	-2.523	-15	-190	-106	-281
Refino de Petróleo	11.975	-3.492	13.494	-1.973	-34	-21	24	37
Químicos	3.360	-97	2.907	-550	480	-173	585	-68
Farmacêuticos	1.221	495	5.432	4.706	-15	-50	112	77
Borracha e Plástico	11.423	6.280	6.386	1.243	1.606	694	1.895	983
Minerais não Metálicos	-9.331	-15.194	1.974	-3.889	-400	-674	121	-153
Metalurgia	3.602	2.456	6.926	5.780	100	-83	447	264
Produtos de Metal	-1.390	-6.455	5.144	79	1.193	172	1.083	62
Equipamentos de Informática e Eletrôn.	896	-1.429	-90	-2.415	213	83	33	-97
Material Elétrico	1.005	-1.281	2.357	71	-25	-221	542	346
Máquinas e Equipamentos	-3.731	-7.188	9.196	5.739	449	-669	2.310	1.192
Veículos Automotores	12.156	13.171	17.728	18.743	1.084	1.809	3.866	4.591
Outros Equipos de Transporte	-3.373	-5.210	-3.789	-5.626	-1.251	-1.676	-1.503	-1.928
Móveis	2.716	-268	3.878	894	179	-379	666	108
Produtos Diversos	2.413	-778	5.189	1.998	221	-76	352	55
Manut e Rep de Maq e Equipos	1.727	2.187	5.246	5.706	357	166	-557	-748
Serv. Ind. de Utilidade Pública (SIUP)	-1.046	-3.709	12.562	9.899	-1.327	-1.874	142	-405
Construção	-33.702	-116.131	80.743	-1.686	-255	-3.939	3.260	-424
Construção de Edifícios	-32.486	-70.957	27.673	-10.798	-2.220	-4.361	366	-1.775
Obras de Infraestrutura	1.250	-24.550	22.843	-2.957	1.166	625	633	92
Serviços para Construção	-2.466	-20.624	30.227	12.069	799	-203	2.261	1.259
Serviços	144.695	93.085	482.930	431.320	1.937	5.389	15.450	18.902
Comércio	-25.449	51.974	-1.818	75.605	-953	5.551	-3.744	2.760
Demais serviços	170.144	41.111	484.748	355.715	2.890	-162	19.194	16.142
Total da economia	333.469	-12.627	790.579	444.483	7.296	-8.294	31.500	15.910

Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: Dados ajustados com as declarações enviadas fora do prazo ao MTb.

No acumulado de janeiro a outubro de 2018, o Brasil apresentou geração de 790,6 mil empregos. Foi o melhor resultado para o período desde 2014. Além disso, em todos os meses houve mais contratações do que desligamentos e, com exceção dos meses de maio, junho e outubro – os dois primeiros impactados pela crise no setor de transportes –, os saldos se mostraram melhores frente ao mesmo período de 2017. Com isso, a geração de postos no acumulado em 12 meses até outubro foi de 444,5 mil vagas. Portanto, será o primeiro ano com saldo positivo de vagas do CAGED após três anos de perdas. Contudo, o número de vagas

geradas – a ser confirmado em torno dos 500 mil – não chega a recuperar 20% das 2,9 milhões perdidas entre 2015 e 2017.

No País, os três grandes setores da economia apresentaram criação de vagas no acumulado em 12 meses até outubro: Agropecuária (+3,1 mil), Indústria (+10,1 mil) e Serviços (+431,3 mil). Quanto ao setor industrial, o resultado positivo se deve principalmente aos Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP, com geração de 9,9 mil vagas. A Indústria de transformação também apresentou abertura de empregos, mas houve uma forte desaceleração nos últimos meses, de 45,4 mil vagas geradas no acumulado em 12 meses até abril, para 29,8 mil em setembro e para apenas 2,8 mil em outubro, o último dado observado. Caso continue nessa trajetória de declínio, o setor vai encerrar o ano com perdas pela quinta vez consecutiva, dado que apresenta retração desde 2014. A Construção, por sua vez, segue com dificuldades de retomada e o saldo de empregos, no acumulado em 12 meses, se mostra negativo há 50 meses (desde setembro de 2014), estando em 1,7 mil vagas perdidas no acumulado até outubro de 2018. Por fim, a Indústria Extrativa também registrou perda de vagas no período (-943).

No Rio Grande do Sul, o acumulado dos 10 primeiros meses de 2018 apresenta geração de 31,5 mil postos de trabalho, o melhor resultado para o período desde 2014. Já no acumulado em 12 meses até outubro, em função da inclusão no cálculo das dispensas de trabalhadores temporários que ocorrem em dezembro, o saldo se reduz para 15,9 mil vagas abertas. Se confirmado esse número, a reposição frente a perda de mais de 156 mil vagas entre 2015 e 2017 ficará próxima dos 10%. Portanto, o desempenho do mercado formal do Rio Grande do Sul na recuperação da crise se mostra mais lento do que o observado no Brasil.

Em termos setoriais, no acumulado em 12 meses até outubro de 2018, a Agropecuária (-2,3 mil) perdeu vagas, e os Serviços (+18,9 mil) apresentaram o melhor resultado. Quanto à Indústria gaúcha, após figurar no campo positivo entre maio e julho nessa base de comparação, resultados que indicavam o início de uma recuperação do emprego depois de 46 meses consecutivos de perdas (desde julho/14), registrou forte desaceleração, que culminou na perda de 644 vagas no acumulado em 12 meses até outubro. A Construção segue com fechamento de vagas nessa base (-424) e a Transformação, o principal segmento da indústria, registrou saldo acumulado de 441 postos, uma forte desaceleração frente ao acumulado até setembro (+1,6 mil) e ainda maior se comparada ao saldo acumulado até julho (+4,5 mil). Os setores de Veículos automotores (+4,6 mil), Alimentos (+2,1 mil) e Máquinas e equipamentos (+1,2 mil) foram os destaques positivos, enquanto Couro e calçados (-4,0 mil), Outros equipamentos de transporte (-1,9 mil) e Vestuário e acessórios (-1,2 mil), registraram os piores desempenhos. Portanto, os dados evidenciam mais um ano ruim para o emprego industrial gaúcho. Confirmado o acumulado em 12 meses, será o quinto ano consecutivo de perdas.

Modernização trabalhista

Passado um ano da entrada em vigor da nova legislação trabalhista (Lei 13.467/2017, com validade a partir de 11 de novembro de 2017), já é possível auferir seus primeiros resultados em diversas frentes relacionadas ao mundo do trabalho. Pelo lado da justiça do trabalho, houve uma redução significativa no número de processos trabalhistas. Segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre janeiro e setembro de 2018, foram recebidas 1,29 milhão de novas ações pelas Varas do Trabalho, uma redução de 36,1% frente ao observado no mesmo período do ano anterior (2,01 milhões).

No mercado de trabalho, os primeiros dados mostram que as novas formas de contratação já estão sendo usadas pelas empresas, ainda que de forma incipiente. O chamado contrato de

trabalho intermitente, onde o empregado trabalha sob demanda, foi uma forma de contratação criada pela nova legislação. Entre novembro de 2017 e outubro de 2018, segundo os dados do CAGED, foram 54,9 mil contratações e 14,0 mil desligamentos nessa modalidade, gerando um saldo de 40,9 mil empregos abertos no Brasil³. Quanto ao trabalho em regime de tempo parcial, que sofreu alterações com a nova lei, foram 61,6 mil admissões e 40,4 mil desligamentos no período, com saldo de 21,2 mil empregos gerados em nível nacional.

Além das novas formas de contratação, a nova legislação trabalhista também trouxe a possibilidade de rompimento do contrato de trabalho mediante acordo entre empregador e empregado. De novembro de 2017 a outubro de 2018, 142,6 mil desligamentos utilizaram a nova modalidade, representando 1,0% do total de desligamentos do período. A princípio esse percentual parece baixo, mas, quando analisada sua evolução ao longo do tempo, percebe-se que há uma trajetória de aumento. De fato, nos primeiros 6 meses de vigência, o percentual médio foi de 0,7%, subindo para 1,2% de média nos seis meses seguintes. Além disso, em outubro de 2018, último dado observado, foi onde a nova modalidade atingiu seu maior percentual no total de desligamentos (1,3%).

É muito cedo para se tirar uma conclusão definitiva quanto aos impactos da modernização trabalhista sobre as diversas faces da relação entre empregados e empregadores, assim como na economia do país. No entanto, os dados já revelam que empregos estão sendo gerados com as novas formas de contratação, bem como o desligamento por acordo apresenta crescimento entre formas de rompimento do contrato de trabalho.

Ademais, é preciso ter em mente que a atividade econômica encontra-se em processo de recuperação da maior crise de sua história. Sem crescimento econômico não há geração de empregos. À medida que as empresas e trabalhadores continuarem se adaptando com as novas possibilidades e a economia estiver mais aquecida, a tendência é que esses números se tornem mais expressivos e melhorem as relações trabalhistas do país, gerando aumento da formalização e trazendo maior segurança jurídica aos agentes econômicos.

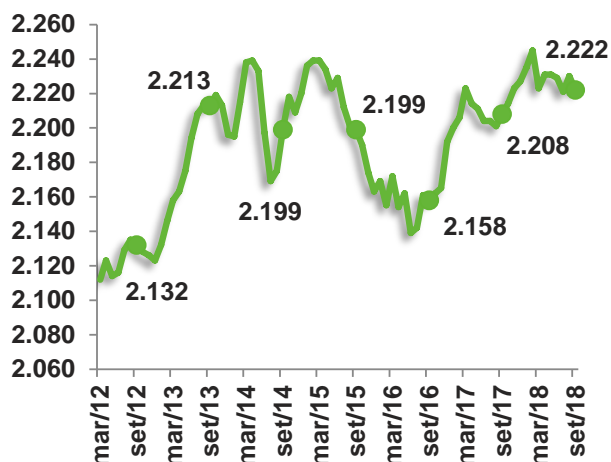
Renda

A recuperação lenta da economia, aliada à elevada ociosidade no mercado de trabalho, são fatores que contribuíram para a manutenção dos rendimentos recebidos pelos trabalhadores brasileiros ao longo de 2018. De acordo com os dados da PNAD Contínua, do IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido, considerando todos os trabalhos do indivíduo, foi estimado em R\$ 2.222 no trimestre encerrado em setembro de 2018, resultado que se mostrou estável estatisticamente frente ao observado no mesmo período de 2017 (R\$ 2.208), apesar do aumento de R\$ 14 ou 0,6%. A estabilidade nos rendimentos reais em 2018 fica evidente no Gráfico 4.4. Aliás, segundo cálculos do IBGE, a variação da renda contra o mesmo trimestre do ano anterior não apresenta variação significativa em termos estatísticos desde o trimestre encerrado em setembro de 2016, onde o rendimento médio real estava em R\$ 2.158.

No Rio Grande do Sul, o comportamento da renda se mostra em linha com o do Brasil. O rendimento médio real recebido por todos os trabalhos, já descontado o efeitos da inflação, foi estimado em R\$ 2.420 no terceiro trimestre de 2018, revelando estabilidade em relação aos R\$ 2.459 do mesmo período do ano passado. Não há variação na comparação interanual desde o terceiro trimestre de 2014, quando o rendimento médio estava em R\$ 2.447.

³ Cabe ressaltar que os dados relativos às novas formas de contratação ainda não foram totalmente incorporados às bases de dados que o Ministério do Trabalho mantém em seu site. Somente dados a partir de abril/18 estão contemplados. Para o período de novembro/17 a março/18, as informações foram buscadas nas apresentações de divulgação do CAGED que o órgão disponibiliza todos os meses. Portanto, pode haver uma pequena diferença entre os dados aqui apresentados e o que realmente ocorreu.

Gráfico 4.4. Renda média real habitualmente recebida por mês de todos os trabalhos – Brasil
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Deflator médio do trimestre jul-ago-set/2018 utilizado para deflacionar os valores.

Gráfico 4.5. Renda média real habitualmente recebida por mês de todos os trabalhos – Rio Grande do Sul
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Deflator médio do terceiro trimestre de 2018 utilizado para deflacionar os valores.

Perspectivas 2019

Aos poucos o Brasil está se recuperando das perdas da crise. Para o fechamento de 2018, a expectativa é de criação de 494,7 mil postos de trabalho com carteira assinada no Brasil, o primeiro resultado positivo após três anos de perdas. Todos os setores da economia devem apresentar saldo positivo, mas alguns muito próximos de zero, como na Indústria de Transformação e na Construção (não será surpreendente se esses setores encerrarem o ano com saldo negativo). Quanto à taxa de desemprego, o comportamento sazonal deve encaminhar dos atuais 11,9% para um patamar próximo de 11,6% no último trimestre de 2018, fazendo com que a média do ano (12,3%) fique abaixo da observada no ano passado (12,7%).

No Rio Grande do Sul, a geração de vagas formais esperada para esse ano é de 18,9 mil, com a Indústria tendo desfecho muito próximo de zero. Assim como no Brasil, o setor de Serviços sustenta o resultado positivo do Estado. A taxa de desemprego gaúcha deve encerrar o ano de 2018 em 7,7% da força de trabalho, com média anual de 8,2%.

Para 2019, em todos os cenários a geração de empregos será mais intensa frente a observada em 2018. No **cenário base**, há uma expectativa de criação de 858,3 mil postos de trabalho no País. Entre os setores de atividade, os Serviços devem abrir o maior número de vagas, com saldo positivo de 608,6 mil. Já na Indústria, a criação de empregos deve chegar aos 239,5 mil, com um desfecho bastante positivo na Transformação (+171,0 mil) e considerável na Construção (+57,1 mil). Ainda no **cenário base**, o Rio Grande do Sul deve criar 54,6 mil vagas, com destaque para o setor de Serviços (+38,0 mil) e melhora na Indústria (+15,0 mil) em comparação aos anos anteriores.

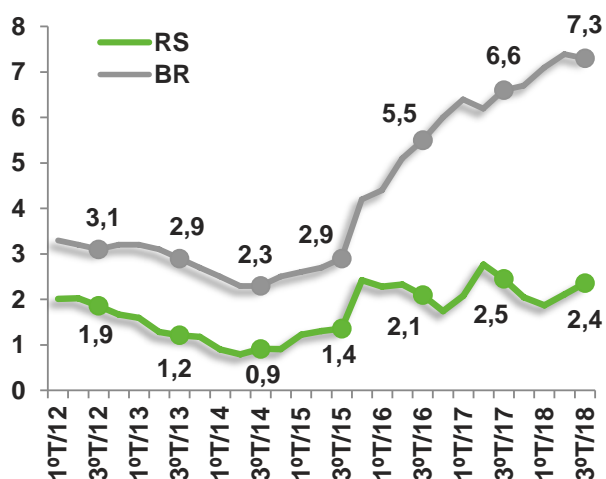
No **cenário superior**, a geração de empregos do Brasil pode passar de 1 milhão de vagas (1.176,7 mil), o que não ocorre desde 2013. Se beneficiando do bom desempenho da economia nacional, o Rio Grande do Sul pode criar 81,5 mil empregos.

No **cenário inferior**, a abertura de vagas não deve ser expressiva no Brasil (+553,8 mil). Mesmo assim, deve ficar acima da observada em 2018. No mesmo sentido da economia nacional,

na pior das hipóteses, o RS apresentará um avanço frente ao ano anterior, com criação de 27,3 mil postos.

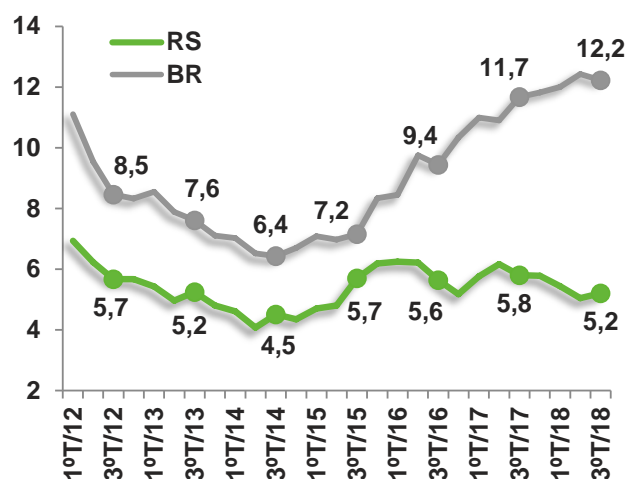
Quanto à taxa de desemprego, as perspectivas para 2019 apontam que há um potencial maior de queda no Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. Como pode ser observado no Gráfico 4.6, a parcela de pessoas desalentadas na população fora da força de brasileira é superior em relação à observada em solo gaúcho. O mesmo ocorre para a parcela da Força de Trabalho Potencial na população fora da força de trabalho (Gráfico 4.7). Portanto, ao perceberem uma melhora na economia, esse contingente que havia perdido as esperanças de encontrar um emprego pode voltar a buscar uma vaga, mantendo a taxa de desemprego brasileira em níveis elevados, risco que é menor no Rio Grande do Sul.

Gráfico 4.6. Parcela de desalentados na População Não Economicamente Ativa (PNEA) – Brasil e Rio Grande do Sul
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.7. Parcela da Força de Trabalho Potencial na População Não Economicamente Ativa (PNEA) – Brasil e Rio Grande do Sul
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Segundo nossas estimativas, a taxa de desemprego do Brasil fechará 2019 em 11,3% (**cenário base**), variando entre 11,9% (**cenário inferior**) e 10,7% (**cenário superior**). Em termos de média do ano, as expectativas apontam para uma taxa de 12,0% (**cenário base**), podendo chegar a 12,6% na pior das hipóteses (**cenário inferior**) e 11,4% no melhor desempenho (**cenário superior**).

No Rio Grande do Sul, a taxa de desemprego deve ficar em 7,3% no último trimestre de 2019 (**cenário base**), com possibilidade de manter o patamar observado de 7,7% ao final de 2018 caso a economia não melhore (**cenário inferior**) ou cair para 7,0% em função de um desempenho acima do esperado da atividade econômica (**cenário superior**).

Portanto, em termos de magnitude, a queda da taxa de desemprego deve ser mais intensa no RS frente à verificada no Brasil, tanto em termos de média do ano (BR: -0,2 p.p.; RS -0,4 p.p.) quanto em termos de fim de período (BR: -0,3 p.p.; RS: -0,4 p.p.).

Tabela 4.5. Perspectivas – Brasil

Geração de postos formais de trabalho – Em mil vínculos

	2017	2018*	Cenários 2019**		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	34,2	5,3	6,8	10,2	13,4
Indústria	-140,0	28,8	146,2	239,5	348,7
Transformação	-14,8	10,5	116,6	171,0	224,6
Construção Civil	-116,2	7,9	26,4	57,1	87,5
Outras	-9,1	10,4	3,2	11,4	36,6
Serviços	92,5	460,6	400,8	608,6	814,5
Total	-13,3	494,7	553,8	858,3	1.176,7
Taxa de desemprego – Em %					
Fim do ano	11,8	11,6	11,9	11,3	10,7
Média do ano	12,7	12,3	12,6	12,0	11,4

Fonte: MTb/CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Estimativa FIERGS/UEE. ** Previsão FIERGS/UEE.

Tabela 4.6. Perspectivas – Rio Grande do Sul

	2017	2018*	Cenários 2019**		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	-1,5	-2,0	0,9	1,5	1,8
Indústria	-12,2	1,2	4,0	15,0	26,1
Transformação	-5,9	1,4	0,9	9,4	18,0
Construção Civil	-3,9	0,4	-0,1	2,4	4,8
Outras	-2,3	-0,6	3,1	3,3	3,4
Serviços	5,4	19,7	22,5	38,0	53,5
Total	-8,3	18,9	27,3	54,6	81,5
Taxa de desemprego – Em %					
Fim do ano	8,0	7,7	7,7	7,3	7,0
Média do ano	8,4	8,2	8,2	7,8	7,4

Fonte: MTb/CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Estimativa FIERGS/UEE. ** Previsão FIERGS/UEE.